
MÍDIA E POLÍTICA: análise das narrativas do Jornal Folha de S. Paulo sobre disputas político-midiáticas na Argentina¹

Barbara Argôlo SOARES²
Antônio Sebastião da SILVA³

Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, MT

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender como as narrativas do jornal Folha de S. Paulo organizam o discurso jornalístico político ideológico decorridos no ano de 2012 na Argentina, diante da disputa pela implementação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual e relacionamento da presidente Cristina Kirchner com a mídia argentina. A análise foi realizada em nove reportagens⁴ veiculadas no período de agosto a dezembro de 2012, as quais expõem o conflito entre mídia e governo e disputa pela dissolução do conglomerado Clarín com a implementação da Lei de Mídias. O propósito é apresentar os sentidos das personagens através do narrador e demonstrar como o jornal brasileiro configura e legitima personagens, por vezes como agente da narrativa, buscando ordenar seu projeto dramático e visão de mundo. Desta forma, comparamos as reportagens publicadas no diário paulista, a partir do método da Análise Crítica das Narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Argentina; Folha de São Paulo; Mídia; Narrativas Jornalísticas;

INTRODUÇÃO

A Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (26.522), conhecida popularmente como Lei de Meios Audiovisuais, foi promulgada na Argentina em 2009 sob argumento de liberdade de expressão e pluralidade de meios de comunicação e quebra do monopólio midiático argentino até então estabelecido. A nova lei substituiria a antiga Lei 22.285 de 1980, estabelecida na época da ditadura na Argentina.⁵

Por conta da promulgação da nova Lei de Meios Audiovisuais houve resistência por parte dos grupos midiáticos que detinham o conglomerado de mídia do país, gerando um conflito simbólico entre governo e mídia.

¹Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Integrante do grupo de pesquisa “Mídia e Políticas: narrativas do jornalismo brasileiro na construção do sentido sobre a América Latina” da Universidade Federal de Mato Grosso, graduanda do 5º semestre do Curso de Jornalismo da UFMT. E-mail: b.asoares1708@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Doutor pela Universidade de Brasília (UnB), mestre pela Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC/SP), e professor do Curso Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: antoniosilva@gmail.com

⁴ Apenas uma, das nove matérias analisadas é de agência de notícias, todavia, sem especificar quais eram. As outras oito, são de autoria da repórter Silvia Colombo enviada especial do jornal Folha de S. Paulo à Buenos Aires na Argentina. Todas as reportagens analisadas estão fixadas no caderno mundo.

⁵ No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante a comunicação como um direito inerente a todos, todavia, esta não foi regulada, o que dificulta a execução e fiscalização. Desta forma, enquanto as leis que tratam desse tema ainda não foram unificadas em torno de um texto comum, a Justiça tem sido acionada para o cumprimento da atual legislação.

Antes de adotar um posicionamento opositor, a mídia argentina tinha afinidade com o governo. Em 2003 Nestor Kirchner assume a presidência com uma posição amigável em relação à mídia. De acordo com Eduardo Covalesky Dias (2013, p. 4) “A gestão de Néstor Kirchner se manteve em afinidade com o campo midiático do início ao fim do mandato.”

Este conflito entre os principais grupos midiáticos argentinos, aqui destaca-se o Grupo Clarín e o governo, deu-se a partir do ano de 2008 quando, em seu primeiro mandato, a presidente Cristina Kirchner (esposa de Nestor Kirchner) determinou um aumento de impostos sobre exportação de grãos na Argentina. A medida foi o estopim para o início do que seria uma crise no governo Kirchner.

Nesse momento de conflito, a mídia privada se posicionava em favor das entidades agrárias assim como o vice-presidente Julio Cobos, o que desagradou o governo. O Grupo Clarín, até então aliado, tornava-se alvo do Kirchnerismo. Para DIAS (2013, p.7), a Lei De Meios Audiovisuais é um emaranhado complexo de relações baseadas nos três interesses decorrentes da diferenciação entre as três esferas: o poder, atribuído ao Estado; o lucro, atribuído ao mercado; e a cidadania, atribuída à sociedade civil.

Até o período analisado, sabe-se que alguns artigos da Lei de Meios Audiovisuais têm sua constitucionalidade questionada pela Justiça, o que delonga o conflito mídia-governo. Um exemplo disso são os artigos 161 e 41 da referida lei que foram, em 2009, questionados na justiça pelo Grupo Clarín. Com a aplicação da Lei de Meios Audiovisuais o Grupo Clarín seria o maior prejudicado e teria que se desfazer da maioria de suas concessões. Mais tarde a justiça argentina decidiria pela constitucionalidade dos artigos questionados.

Este texto objetiva, analisar a composição da trama do narrador, a Folha de S. Paulo, na construção de uma matriz narrativa, no cenário político da Argentina, envolvendo imprensa e governo Kirchnerista. Para tanto, se observa que no decorrer das estórias⁶ como a organização do discurso articula personagens e vozes, capazes de legitimar e determinar verdades a serem levadas ao leitor brasileiro e latino-americano.

⁶ Como se nota estória sem o “H” foi uma forma encontrada para demonstrar o contraste com o trabalho do historiador, que se debruça com pesquisa de documentos organizados ao longo do tempo, na busca da verdade, possível diante de métodos de análise sistematizado. O jornalismo com a pressão do tempo, se define como aquele que narra o acontecimento de modo imediato, que está em desenvolvimento no tempo presente.

A metodologia que norteará a análise será a de Luiz Gonzaga Motta (2013), denominada análise crítica da narrativa para quem a narrativa busca compreender como os homens criando representações e apresentações do mundo, a fim de gerar o sentido no espectador, como será analisado adiante.

O objeto de análise deste artigo é o Jornal Folha de S. Paulo, veículo diário de circulação nacional, entre os jornais de maior tiragem e um dos mais influentes do Brasil, com ascendência sobre a opinião pública⁷.

Luiz Gonzaga Motta (2013) descreve que narrar não é apenas contar despreziosamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasiva, sedutor e envolvente. Para ele, narrar é uma atitude, pois, quem narra, quer produzir certos efeitos de sentido através da narração. “As narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira” (MOTTA, 2013, p.131).

Motta (2013, p.107) explica ainda que "A recomposição das notícias em uma nova síntese ou ‘acontecimento dramático’ (ou ainda ‘acontecimento-intriga’) gera um produto cultural novo e diferente [...]”. Ou seja, após as análises realizadas foi possível conhecer e reconhecer personagens e tramas do país argentino. É necessário levar em conta, de acordo o autor:

há pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostos na comunicação jornalística: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal on-line); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores, etc.); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma contra outra). No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma ‘negociação’ simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz (MOTTA, p.119, 2013).

Neste sentido, as personagens (fontes do jornal) que dão tessitura a trama nas matérias da Folha de S. Paulo, com papel fundamental na construção de discursos difundidos pelo veículo, usam seu poder de voz para tornar-se um agente da narrativa, os quais têm representatividade política e social, responsável pela legitimação das verdades consensuais, como representante institucional. O narrador, na seleção das personagens, conduz os enunciados das intrigas, definindo papéis e representação para

⁷ SILVA, Antônio Sebastião. *Mídia e representação social: vozes protagonistas da narrativa política latino-americana no jornalismo brasileiro*. IX Seminário da Asociación Latino-americana de investigadores de la comunicación, Goiânia, 2017. p. 3.

dar sentido à narrativa, de modo a ordenar a estória, diante dos conflitos que geram sensações nos leitores.

O poder da mídia na construção do simbólico

Nas sociedades contemporâneas, a mídia tem se tornado a principal ferramenta de propagação das visões de mundo e dos projetos políticos. Nela estão expostas as diversas representações de mundo, associadas a grupos dominantes com e interesses econômicos e sociais em disputas, inseridos nas narrativas. Nesta análise, as vozes em disputas trazem personagens em sua configuração como parte importante nas decisões sociais, exercendo ações na vida prática das pessoas, que subtraídos do cotidiano para as narrativas se relacionam com a ordem de verdade e poder, interagindo com o público na formação de consenso social e político.

Neste sentido, Pierre Bourdieu (1989) explica que o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação. Eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, que contribuiu fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Faz-se necessário esclarecer como as relações de forças entre personagens levam a uma relação de sentido, ocorrendo o que Pierre Bourdieu chama de “poder simbólico”. Segundo o autor, [...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”(1989, p.7-8).

John B. Thompson (1998) argumenta também nesta direção teórica, quando afirma que poder simbólico é como a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças dos outros e de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Salienta ainda que, aqueles que anseiam conquistar poder político, ou exercê-lo de maneira durável e efetiva, precisam valer-se do poder simbólico, a fim de cultivar e sustentar a crença na legitimidade.

Motta explica que, “os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem à operações e opções (modos) linguísticos e extralinguísticos para realizar certas intenções e

objetivos.”⁸ O autor informa ainda que a organização das narrativas midiáticas não são um ato aleatório, busca-se desenvolver conceitos ao leitor. “Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados)”⁹. Ressalta que, quando o narrador idealiza um discurso em forma de narrativa, “ele introduz necessariamente uma ‘força ilocutiva’ responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário”.

A partir desse entendimento nos damos conta de que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação (MOTTA, 2013, p.3)

Importante observar que os meios de comunicação com suas narrativas, constituem a garantia à liberdade de expressão e de informação, as quais, no processo comunicativo político, podem se transformar em instrumentos de condução de estratégias para formação de opinião em conformidade com discurso hegemônico. Na Argentina, as personagens estão inseridas das narrativas do jornal Folha de S. Paulo, bem como de outras mídias com seus enunciados, que conjuntamente permitem sentido político-ideológico para intrigas nacionais, porém com reflexos regionais, delimitando um universo que resulta em consensos hegemônicos.

Da ditadura à nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual Argentina

Entre os anos de 1976 a 1983 a Argentina viveu um processo de reorganização nacional, chamado de Ditadura Militar. Durante esse regime ditatorial teve início o processo de instituição da Lei 22.285 de Radiodifusão, promulgada em 1980 pelo ditador Jorge Videla.

Após a eleição de Raul Alfonsín em 1983, teve fim o Regime Militar, dando início ao período democrático. Entretanto, de acordo com Lara (2013, p.102) “Seu governo foi marcado pela incoerência, pelo distanciamento entre discurso e prática e pela incapacidade de mudar o cenário econômico de crise deixado pela ditadura”

Raul Alfonsín foi sucedido pelo governo neoliberal de Carlos Menem, marcando a volta do Peronismo ao poder na Argentina. Ele assume o poder cinco meses antes do

⁸ MOTTA, Luiz Gonzaga. *A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

⁹ Idem

previsto, após a renúncia do então presidente e seu vice, em meio a uma grave crise econômica.

Menem era do Partido Justicialista (PJ), fundado por Juan Domingo Perón, e durante o seu governo não modificou a Lei de Radiodifusão, entretanto na Lei de Reforma do Estado, aprovada em 1989, modificou alguns pontos da Lei 22.285. Fora permitido que titulares de meios gráficos fossem titulares de licenças de radiodifusão, bem como empresas ou pessoas com outras atividades econômicas que não a radiodifusão. Também autorizou a formação de grupos multimídia, criados a partir da sociedade.

O governo em seu primeiro ano iniciou uma série de privatizações. Uma delas foram de canais de televisão de Buenos Aires, os quais encontravam-se endividados e, com a justificativa de sanar esses déficits, iniciou-se a privatização destes meios de comunicação.

A principal consequência da Lei de Reforma do Estado foi a concentração midiática nas mãos de grandes grupos empresariais, percebida na segunda metade da década de 90. Um dos principais conglomerados midiáticos formados com a participação de capital estrangeiro foi o Grupo Clarín, fundado em 28 de agosto de 1945 pelo ex-ministro argentino Roberto Jorge Noble, constituído a partir de uma relação convergente entre empresa jornalística e poder político.¹⁰

Em 1969 morre seu fundador e o grupo é herdado pela viúva, Ernestina Herrera de Noble, fazendo com que a empresa crescesse ainda mais, atingindo um ritmo intenso a partir do final dos anos 80, início dos 90. Logo após o jornal assume uma aspectos multimídia investindo em internet, TV a cabo e via satélite assumindo a liderança argentina também nesses setores.

O conglomerado tornou-se um aliado eficiente na relação com o poder político e econômico argentino. Durante a presidência de Néstor Kirchner (2007-2015), os veículos do grupo foram “recompensados” com a renovação por mais dez anos de todas as suas licenças de rádio e televisão.

Narrativas midiáticas na configuração de hegemonia política

O recorte analisado se refere aos meses de agosto a dezembro de 2012¹¹, com os acontecimentos-intriga envolvendo o embate político, ideológico e simbólico entre o

¹⁰ SILVEIRA, Mauro César. *A história de independência do clarín.com e as mudanças no processo de convergência com o jornal impresso*. Intertexto, Porto Alegre - RS, julho/dezembro 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/9549/7389>. Acesso em: 6 abr. 2019.

¹¹ As matérias relacionadas no artigo localizam nos jornais impressos, no caderno: Mundo no diário paulista Folha de S. Paulo, em conformidade com datas destacadas no texto.

governo Kirchner e a mídia argentina. Deste modo, a análise da narrativa será dividida em partes distintas, que chamaremos aqui de episódios, por se referirem ao mesmo acontecimento temático.

A metodologia aplicada será a Análise Crítica da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta (2013), com atenção nos planos fundamentais de verificação da pesquisa: a) o da expressão; b) da estória; c) da metanarrativa. Inicialmente, analisar a construção de linguagem, “através da qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador (seja a linguagem visual, sonora, verbal, gestual, multimodal, etc.). Plano do discurso propriamente dito” (MOTTA, 2013, p. 136); depois, a estória “É o plano virtual da significação em que uma realidade referente é evocada pelo texto narrativo através de sequências de ações cronológicas e causais desempenhadas por personagens, estruturando uma intriga (enredo ou trama). É o plano de conteúdo” (idem, p. 137). Neste tópico, para efeito de análise, os personagens na configuração da narrativa pelo narrador ganham performance de; a) protagonistas; b) antagonistas; e, c) adjuvantes - tanto dos protagonistas como antagonistas.

Por fim, a metanarrativa que diz respeito ao

plano da estrutura profunda, relativamente mais abstrato e evasivo, que evoca imaginários culturais. Plano em que temas ou motivos de fundo ético ou moral integram as ações da estória em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico, de formação ideológica (MOTTA, 2013, p.138).

Ponto de virada e diegese se tornam categorias de análise importante, sendo que a primeira diz respeito às transformações no rumo da estória, considerando fatos novos, gerando outros sentidos com retomada da configuração pelo narrador e composição das personagens. O segundo se ordena como um processo de interação comunicativa entre narrador e leitor, revelando o plano virtual da narrativa, cuja estória vai sendo formada em coprodução.

Conforme descreve Motta (2007) o enquadramento dramático, predomina no jornalismo político, quando o jornal na narrativa busca deixas simbólicas levando o leitor a sensações de espanto, temor, raiva relacionando os espaços culturais das pessoas em sociedade. “Permite, sendo objetivo, revelar, amplificar ou instituir conflitos, tensões, clímax; heróis e vilões; bons e maus homens”, aqui em que há o uso do poder simbólico de modo a levar o leitor a obter empatia com discursos reconhecidos e afirmados por enunciados midiáticos ao longo do tempo, resultando, assim, em consensos.

As narrativas midiáticas no cotidiano do leitor ganha importância, uma vez que, estas compõem as representações da realidade na busca da verdade e visão de mundo, pois “A consciência humana é um fluxo contínuo no tempo e encontra nos jornais ou telejornais diários flashes fragmentados e justapostos que apenas informam que há um processo em marcha [...]” (Motta, 2007, p.09). Na organização desse fluxo contínuo, está o jornalismo, que organiza enquadramentos narrativos (dramáticos) e estabelecem ordens temporais, casos e consequências que tornam as histórias compreensíveis.

Conglomerado midiáticos e governo nas disputas pelo poder político

A mídia argentina e o governo Kirchner travam uma disputa por poder e o Grupo Clarín, considerado pelo governo um opositor, que oferece resistência a implantação da Lei de Meios e ao início do desmembramento do conglomerado.

Neste sentido, as narrativas jornalísticas da Folha de S. Paulo seguem na composição de seu projeto dramático, no sentido de permitir ao leitor conhecimento sobre os acontecimentos-intrigas que envolvem a política do país.

Seguindo a trama de que o governo Kirchner é opositorista a mídia, o jornal Folha de S. Paulo dedica espaço no dia 11 de agosto de 2012, para mais um capítulo sobre esse embate. No título "Jornalista do 'Clarín' reage a Cristina" (11/08/2012, Folha de S. Paulo, p. A20) o jornal na composição de sua estória destaca a voz do jornalista da conglomerado de mídia Marcelo Bonelli com alegações de que seria uma "vítima de desagrado do governo" (Idem) revelações que teria feito sobre os bastidores da política da Casa Rosada.

Na trama, a presidente acusa o jornalista de mentir, "Ele não teve o contrato renovado, e agora escreve essas matérias" (Idem). Neste momento, dá-se o embate entre mídia e governo, trazendo na voz de representante do jornal Clarín, para quem mídia sob ataque torna a "situação está mais grave" (Idem), destacando que os fatos anunciados por Marcelo Bonelli foram checados e verdadeiros.

No dia 25 de setembro de 2012 o diário paulista descreve o início do que seria um possível desmanche do conglomerado de mídia Clarín, como um ponto de virada na narrativa. O diário paulista chama o ato da presidente de "ameaça da Casa Rosada" (25/09/2012, Folha de S. Paulo, p. A16) em referência a sede do governo. Na narrativa, o Clarín diz "não vai acontecer nada" uma vez que a justiça analisa o pedido de inconstitucionalidade da Lei de Mídia interposto pelo Grupo, antevendo o resultado da disputa. Neste momento o embate entre mídia e governo aumenta a tensão com acusação

da mídia argentina por meio do Clarín de a "não aplicação da cláusula antimonopólio a aliados [ao governo]"(Idem), configura um "caso de aberta discriminação" em relação a mídia opositora.

A personagem de Gustavo Mohme da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) teme que "o governo use um spot para difundir propaganda política com a intenção de ameaçar um meio [de comunicação] que não se apega a seus pontos de vista e apra pressionar juízes a emitir um resultado que lhe favoreça" (Idem). Ao final da narrativa, o jornal Folha de S. Paulo busca equilibrar os fatos, entretanto, no texto preveleça vozes de opositores ao governo e a Lei de Mídias, o que o narrador descreve como "ataques de Cristina a imprensa" (Idem).

No dia 31 de outubro de 2012, o diário Paulista destaca a resistência por parte do veículo argentino no título: "Clarín resistirá a vender parte do grupo"(31/10/2012, Folha de S. Paulo, p. A22). O narrador não apresenta vozes oficiais do governo nesta narrativa, mas aquelas que representam o Grupo Clarín. A personagem Martín Echevers diz que "O governo criou um amigopólio para combater o que chamam de monopólio" (Idem) em referência ao aumento do aparato de jornais estatais na Argentina.

Dando seguimento a sua trama, na mesma data o jornal brasileiro destaca na página seguinte o título: "Cristina ajuda mídia amiga com anúncios do governo" (31/10/2012, Folha de S. Paulo, p. A23). Como descreve o narrador, as mídias consideradas aliadas ao kirchnerismo são "jornais simpáticos" recebedores de ajuda estatal. Na composição da tessitura da narrativa, a Lei de Mídias do governo ao mesmo tempo que promove "a mais dura ofensiva contra o grupo opositor Clarín" (Idem), a Casa Rosada "investe pesado na formação de sua própria rede de TVs aberta e fechadas, jornais, revistas e sites" (Idem), com uma mídia argentina financiada em sua maioria (90% dos custos de impressos e 80% de TVs abertas segundo a Folha) pela verba estatal.

No decorrer da trama, o narrador descreve dados de consultoria privadas, conformando que o governo realmente financia a mídia aliada. "Segundo dados oficiais, o governo Kirchnerista destina hoje 606 milhões de pesos em publicidade oficial para os meios aliados" (Idem). Segue o narrador na sua trama, "este valor superou, em 2012, a marca de 1 bilhão de pesos" (Idem), levando ao leitor a ideia de financiamento público de mídias pró-governo. Como conta o narrador a "mídia governista", dando voz a personagem do jornal argentino Uno, foi responsável pela invasão da sede da operadora de TV do Grupo Clarín em 2011, um dos "forte candidatos" a comprar parte do jornal que

terá de ser colocada à venda, até então no dia 7 de dezembro de 2012, quando entraria em vigor a Lei de Mídia.

Seguindo no seu projeto dramático, a Folha de S. Paulo descreve um breve retorno à contextualização da Lei de Mídia, destacando que a legislação se justifica para "democratizar os meios de comunicação e evitar a formação monopólios" (31/10/2012, Folha de S. Paulo, p. A23). Mais adiante na voz de Gustavo González, diretor executivo do jornal Perfil de oposição ao kirchnerismo, o narrador conta que o governo "fez dos milhões em publicidade oficial uma ferramenta de doutrinação política, de prêmio aos meios que lhe são dóceis" (Idem).

Continuando a tessitura da narrativa o jornal configura as vozes das personagens em conflito, no sentido de definir o fio da trama. Outro opositor ao governo tem voz na trama, da jornalista Maria O'Donnell autora da obra *Propaganda K.- Una maquinaria de promoción con el dinero del estado* (Propaganda K - uma máquina de promoção com dinheiro do Estado, em tradução do narrador). Para o jornalista, o governo busca, com os investimentos, uma autopropaganda da qual "em todo mundo os jornais estão fechando, só aqui [na Argentina] que abrem" (31/10/2012, Folha de S. Paulo, p. A23), legitimando a mídia opositora que, na configuração dos personagens na contraposição ao governo.

Nesta narrativa um infográfico elenca os investimentos realizados pelo governo de Cristina Kirchner em mídia "para os alinhados" (Idem) trazendo ainda uma lista de grupos de mídia pró-governo, descrevendo o cerco que a presidente Cristina Kirchner fez em relação às mídias argentinas.

No decorrer da narrativa, por meio da personagem do presidente da comissão de liberdade e imprensa da ADEPA (Associação de Entidades Periodísticas Argentinas), Daniel Dessein, a Folha destaca que "Teoricamente ela garantiria liberdade do jornalista. Na Argentina hoje, porém, torna-se mais um instrumento de avanço contra a imprensa e os negócios jornalísticos independentes" (06/11/2012, Folha de S. Paulo, p. A12). Nesta altura, o conflito mídia-governo é reforçado ainda pela fala do personagem do jornal paulista Claudio Paolillo, presidente da Sociedade Interamericana de Prensa. "O que está acontecendo na Argentina é muito grave, o governo é sofisticado ao criar novas leis e medidas para dinamitar a imprensa não alinhada. A intenção da Lei de Mídia não é democratizar as comunicações, mas debilitar um grupo inimigo", fala a personagem do narrador (Idem).

Na sequência da trama, no dia 7 de dezembro de 2012, Folha de S. Paulo traz no título: "Justiça evita que Clarín ceda licenças de TV hoje" (07/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A22), dedicando uma página da narrativa ao fato. O caso se mostra um ponto de virada na estória do jornal paulista, quando exige do narrador novas reconfiguração da intriga. Na disputa entre Clarín e governo, um tribunal federal argentino prorrogou a medida cautelar solicitada ao conglomerado, evitando assim que se iniciasse o desmanche do grupo.

Neste ponto da estória a oposição consegue manter o controle na intriga contra o governo, levando Kirchner a contrapor com o judiciário nas disputas pelo poder político argentino. A decisão favorável ao Grupo Clarín muda o jogo, agora, colocando outras estratégias na tessitura da trama. Na voz de Martín Sabbatella, titular da AFSCA (órgão regulador da Lei de Mídia) o narrador apresenta a insatisfação do governo, como resultado da decisão. "Demonstra que tínhamos razão quando dissemos que os juízes que viajam a Miami financiados pelo Clarín acabam convertidos em sua equipe jurídica" (07/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A22),enfrenta o governo o judiciário, como antagonista da narrativa do diário brasileiro. A personagem diz ainda que o governo Kirchner pediu a "troca dos juízes não alinhados envolvidos no caso" (Idem), como forma de manobra na disputa política.

O narrador contextualiza a Lei de Mídias, como na maioria das reportagens analisadas e traz vozes oposicionistas, desta vez na da Comissão Nacional de Independência Judicial argentina, expondo que juízes se sentiram agredidos pelas últimas declarações dos alinhados ao governo, ampliando o espaço de intrigas que permanecem de ambos os lados. No diálogo com o leitor a Folha de S. Paulo traz neste ponto um infográfico com os grupos midiáticos que "estão fora da lei", estabelecendo linha do tempo sobre o embate entre o Clarín e o governo Kirchner pelo poder político na Argentina.

No dia seguinte, a Folha retoma a narrativa sobre a reação do governo, de ataque ao judiciário na decisão que adiou a aplicação da Lei de Mídia, descrevendo que o, "Governo contesta decisão judicial que adia aplicação da Lei de Mídia; Cristina diz que prorrogação é 'mais do mesmo'" (08/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A19), reagindo a medida judicial que favorece o Clarín.

Seguindo a trama da narrativa, o jornal conta que "A decisão da Justiça foi uma derrota do kirchnerismo, que tem nessa lei uma de suas principais bandeiras e no Clarín,

principal afetado por ela, um de seus maiores inimigos" (08/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A19), demonstrando ser um agente na narrativa ao se decidir por um lado da estória. O governo vai se tornando opositor, o jornal criar uma visão de mundo para o leitor de que o kirchnerismo é opositor a qualquer que seja a entidade, pública ou privada, que vá de encontro aos seus interesses. Na voz da personagem do cientista político Marcos Novaro, o narrador descreve que "O governo está perdendo a batalha com o Clarín," definindo posição político-ideológica a ser seguida no país latino-americano.

Na narrativa do jornal brasileiro, ganha destaque a voz da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) com duras críticas ao modo como a presidente lida com os meios de comunicação argentino, revelando o "ataque constante a meio e jornalistas críticos" (08/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A19) e independentes por parte do governo. Ataques aos veículos opositores de modo constantes enfraquecem o kirchnerismo, e não conseguirá se manter no poder se mantiver a estratégia política contra o maior conglomerado de mídia da Argentina, estabelecendo para pende o poder político na intriga entre o nacionalismo kirchnerista e o neoliberalismo do conglomerado de comunicação.

Declaração de constitucionalidade da Lei de Mídias

As disputas entre os personagem do mundo político, no entanto, prosseguem com movimentos de ambos os lados na estória da Folha de S. Paulo, com outros pontos de viradas. Em 15 de dezembro de 2012, a Lei de Mídia é declarada constitucional pela corte Argentina favorecendo o kirchnerismo, restando cerca de seis meses para o judiciário adiar sua implantação, na época favorável ao conglomerado, o que seria a data limite para o Clarín perder a propriedade de vários canais de comunicação, reduzindo sua força ideológica e política. Na retomada da narrativa, destaca a voz do personagem protagonista de sua configuração da estória, o jornal Clarín. "Segundo a empresa, sentença 'desconhece flagrantes direitos constitucionais de liberdade de expressão", na linha fina da narrativa, o narrador descreve que da decisão cabe recurso, sinalizando mais episódios pela frente entre protagonista e antagonista na trama política pelo poder.

"Justiça argentina dá aval à lei de Mídias" (15/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A20) escreve o diário brasileiro, provocando suspense na narrativa, que mais adiante tem desdobramentos. Novamente a personagem do advogado Alejandro Pereyra entra na trama para quem a "A lei dá espaço para as duas interpretações. Cabe a Justiça definir se o processo deve começar imediatamente ou se o grupo tem ainda 365 dias", sinalizando

como personagem do narrador que ainda não é um ponto final favorável ao governo, a intriga segue com posicionamentos dos agentes do narrador.

A Folha de S. Paulo traz novamente para o plano da estória os motivos do conflito político-midiático, bem como o episódio em que a presidente critica o judiciário acusando-o de "não atuar de forma democrática e não respeitar a vontade popular", fazendo enquadramento dramático para o leitor em *flashbacks* dos embates entre o governo e oposição as mudanças na Lei da Mídia. Desta forma, deslegitima-se a presidente Cristina Kirchner na tomada de decisão, que evidencia sua política em defesa da composição ideológica, estabelecendo a linha da comunicação em favor do nacionalismo praticado pela Casa Rosada, em conflito com o neoliberalismo do Clarín, personagem do jornal brasileiro, como protagonista.

Na narrativa o diário paulista ilustra, por meio de novo infográfico os grupos que estão "fora da lei" e põe em quadros os principais pontos da Lei de Mídia, descrevendo o histórico do embate "Clarín x Governo" revelando que oposição tem poder para insistir contra o kirchnerismo.

Na trama final da análise das narrativas do jornal Folha de S. Paulo o "Governo notifica Clarín sobre leilão de suas concessões" (18/12/2012, Folha de S. Paulo, p. A18), com vitória do governo. Na voz de Martín Sabatella, titular da Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA) o narrador diz que "Todo o processo levará cem dias úteis" (Idem), no entanto, "o grupo declarou que a notificação era um caso de desobediências judicial" uma vez que o grupo apresentou recurso e segue o embate midiático e político.

No enfrentamento entre antagonistas e protagonistas, que continuará em clima de tensão, no encerramento desse episódio, o narrador sinaliza com a perspectiva para os outros desfechos da estória, por certo, em favor dos protagonistas na definição político-ideológica na Argentina, desvelando sua metanarrativa de defesa da abertura econômica da Argentina e região ao se posicionar como agente da narrativa na defesa do neoliberalismo em contraposição ao nacionalismo kirchnerista. Neste contexto, na configuração da Folha de S, Paulo o governo de Cristina aparece como antagonista, com viés de vilão, de modo que a mídia Argentina, principalmente o conglomerado Clarín vai se ordenando como protagonista, de modo que seus representantes passam a ser os agentes mais importantes na estória do jornal paulista, no papel de anti-herói e herói, respectivamente, na composição da narrativa no enquadramento para o leitor, com

reflexos na construção de sentido para ideologia política e modelo social latino-americano.

Considerações finais

Esta análise teve como objetivo analisar as narrativas do jornal Folha de S. Paulo, compreender as estratégias narrativas na política, com atenção a forma da composição do núcleo de vozes das personagens a legitimar ideologia e poder, neste contexto, a trama Argentina em período de embate entre política e mídia na construção do pensamento político na América Latina, inserida nas disputas econômicas e ideológicas globais.

O projeto dramático produzido pelo narrador relaciona-se a composição de personagens de modo a evidenciar para o seu leitor, o processo de disputa entre o governo e seus opositores, sejam eles a mídia ou o judiciário como demonstram as análises. De maneira imediata, para um leitor em contato rápido com as narrativas da Folha de S. Paulo, restaria apenas observar a visão majoritariamente a favor da mídia e as Leis que favorece “a liberdade de expressão”, levando para a oposição propostas política contrárias aos conglomerados, sobretudo, quando na disputa está o poder político do Estado nacionalista como é o Kirchnerista, antagonista na trama, se confrontado com o neoliberalismo.

Cabe destacar os excessos na narrativa, com maior espaço de enunciados para os grupos midiáticos, como agentes da narrativa com poder de voz na disputa contra o governo, na trama se movimenta com ações resistindo ao poder das grandes empresas de comunicação, definindo suas estratégias para manutenção do poder, gerando novos pontos de viradas na narrativa e configurações do narrador na trama, conforme sua configuração dos personagens.

Uma sucessão de críticas é feita pelo narrador ao personalizar o governo Kirchner como inimigo, antidemocrático, cujas narrativas buscam convencer o interlocutor do jornal brasileiro para elementos que comprovam as afirmações, a quais sucedem nos acontecimentos, como o aumento de mídia estatal perigosa para a democracia, com aumento de poder do governo sobre a mídia opositora, independente.

A voz da presidente Cristina Kirchner merece espaço na narrativa, como personagem que contrasta com posições ideológicas do narrador, no diálogo com o leitor, que na sua composição deslegitima a personagem da política nacionalista, desvelando a metanarrativa de uma América Latina neoliberal e com redução do Estado

e abertura econômica global. O Clarín como personagem da disputa representanta o papel dos jornais independentes e democráticos com vozes que o legitima de cientistas políticos, advogados especialistas em mídias, como estratégia da narrativa em diálogo com seus leitores brasileiros, com efeito na formação do pensamento político ideológico regional.

Em resumo, as estratégias das narrativas do jornalismo revelam pontos importantes no campo político-midiático na América Latina, nos estudos das mediante demonstram os caminhos das mediações à distância dos tempos modernos, na tessitura de realidade a ordenar núcleos ideológicos para enunciados de conhecimento cultural e social latino-americano hegemônicos deixando explícito a metanarrativa com profundo reflexo nos resultados políticos dos tempos atuais.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DIAS, Eduardi Covalsky. O contexto de implantação da Lei de Meios Audiovisuais na Argentina: relações entre os campos político e midiático. **Revista Temática**, [S. l.], Novembro 2013. Disponível em: www.insite.pro.br. Acesso em: 2 abr. 2019.

DORNELES, Hermy Juliano. **A Intervenção da mídia na política - Liberdade de imprensa X democracia**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://hermy.jusbrasil.com.br/artigos/179006500/a-intervencao-da-midia-na-politica-liberdade-de-imprensa-x-democracia>. Acesso em: 5 abr. 2019.

LARA, Glauciene Diniz. **DESCONCENTRAÇÃO NA COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL ARGENTINA: três anos de tensões pela implementação da Lei de Meios**. 2013. Dissertação (Mestrado em comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013, p. 98.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UNB, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos**. **Intertexto**, Porto Alegre - RS, julho/dezembro 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33544519.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SILVA, Antônio Sebastião. **Mídia e representação social: vozes protagonistas da narrativa política latino-americana no jornalismo brasileiro**. IX Seminário da Asociación Latinoamericana de investigadores de la comunicación, Goiânia, 2017.

SILVEIRA, Mauro César. **A história de independência do clarín.com e as mudanças no processo de convergência com o jornal impresso**. **Intertexto**, Porto Alegre - RS, julho/dezembro 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/9549/7389>. Acesso em: 6 abr. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.